

Bonaparte a persegui-la, a fim de tê-la como espólio. Há quem fale – não pudemos ter comprovação – de intermináveis discussões, gravadas em fitas cassete, em que uma possível e absurda mudança da Biblioteca para Brasília teria levado políticos a uma verdadeira queda-de-braços, a defesas de interesses escusos, a palavrões e ameaças. Como dissemos, não tivemos acesso a essas fitas. Mas, como estudiosos da história pátria, não podemos deixar de acreditar nem que seja na verossimilhança desse relato.

Em 1961, Jânio Quadros foi eleito Presidente da República, renunciando sete meses depois, por motivos jamais revelados e que ele levou consigo para o túmulo. No mesmo ano, depois de várias peripécias, o Vice-Presidente João Goulart assumiu a Presidência. Assinou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e foi deposto, em 1964, pelos militares, quando tentava fazer, no Brasil, a reforma agrária. E foi, então, instituída a longa ditadura militar, a mais longa das nossas ditaduras explícitas, que iria durar 21 anos.

Durante esses 20 anos sem relatórios de diretoria, entre a saída de Borba de Moraes e a nomeação, em 1971, de Jannice Monte-Mór, o que aconteceu na Biblioteca? Sete diretores-gerais se sucederam, todos eles lutando contra dificuldades orçamentárias, contra a ingerência indevida das autoridades na gestão da Casa, contra o número sempre insuficiente de pessoal técnico e a conseqüente impossibilidade de levar avante, com a presteza e eficiência necessárias, as muitas vezes tímidas reformas programadas; e até mesmo de pessoal básico para serviços menores que exigem antes de tudo músculos para um tipo de trabalho manual de arrumação, de subir e descer escadas transportando livros pesados, de abrir e fechar pesadíssimas gavetas e arcazes de aço, carentes de manutenção.

Falamos de reformas. Uma Biblioteca Nacional, com o seu crescimento contínuo e tendo de acompanhar um processo internacional incessante, é um organismo vivo que está sempre em movimento, sempre lutando por adaptar-se a novas técnicas, a novas normas administrativas. Uma direção que pára no tempo é uma direção que se atrasa. É como um velho livro, uma obra rara: não basta um único tratamento. É preciso que ela seja